



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 66ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 29 de setembro de 2015, com início às quatorze horas e quarenta e três minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Cláudio Gaiteiro, Celso Dal Molin, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Luiz Amélio Burgarelli, Nei Haveroth, Professor Paulino, Pedro Martendal, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão e solicito ao senhor Secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 112/2015. Emenda nº 1 aditiva ao Projeto de Lei Complementar nº 2/2015. Emenda nº 2 modificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 2/2015. Moção nº 16/2015. Parecer nº 83 contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento à emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 2/2015. Parecer nº 191 contrário da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 2 ao Projeto de lei nº 2/2015. Parecer nº 82 contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento à Emenda nº 1 ao Projeto de lei complementar nº 2/2015. Parecer nº 190 contrário da Comissão de Justiça e Redação à Emenda nº 1 ao Projeto de lei nº 2/2015. Requerimentos nº 442 ao nº 447/2015. Indicação nº 1102 ao nº 1130/2015. Ofício SEAJUR/ATL nº 296/2015, em resposta ao requerimento nº 398/2015 de autoria do vereador Professor Paulino. Ofício nº 138/2015, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em resposta ao requerimento nº 322/2015. Inscritos pra falar no grande expediente os vereadores: Professor Paulino, Cláudio Gaiteiro, Nei Haveroth, Pedro Martendal e Luiz Frare. – Presidente: Finda está a matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**: - Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA** – Presidente: Temos as atas da 63ª e 64ª sessões ordinárias, realizadas nos dias 21 e 22 de setembro de 2015. Em discussão as atas. Em votação. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei complementar nº 2/2015 que autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder descontos e a parcelar dívidas com a Fazenda Pública Municipal e dá outras providências. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Votei favorável ontem e dada à situação econômica do nosso país, e evidentemente que Cascavel não escapa; talvez a crise tenha chegado mais branda em nossa cidade até pela composição econômica, mas sentimos que a crise está chegando a nossa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

porta; sou favorável ao projeto. Apresentei duas emendas que não foram apreciadas, porque tiveram parecer contrário nas duas Comissões. Uso este tempo pra justificar as emendas, e com todo respeito que tenho à Comissão de Justiça, entendo que houve grande equívoco; porque a iniciativa do projeto pode ter sido do Executivo, mas este Legislativo, ao apresentar emenda não está tendo a iniciativa do projeto, estamos modelando sua verdadeira efetividade. Ao não se avaliar essas emendas e fazer essas alterações e, quais seriam? Aumentar o parcelamento de 12 parcelas, porque não é razoável e nem proporcional. Se estamos em crise e o contribuinte não consegue pagar o imposto em 12 parcelas ele também não irá conseguir, haja vista que o Governo do Estado encerra amanhã um parcelamento de 120 meses. O Governo Federal também, em 2009 lançou um Refis e novamente reabriu o prazo em 2014 concedendo 180 meses. Não foi por acaso que deram esse prazo de 10 e 15 anos. Na minha emenda sugeri apenas 5 e, recebeu parecer contrário. A outra emenda era quanto a débitos que já foram beneficiados por parcelamentos anteriores e por algum motivo o contribuinte não conseguiu efetuar o pagamento e rompeu este acordo de parcelamento. Também, uma emenda importante, já que são muitos os contribuintes com parcelamentos anteriores e que não foi possível cumprir. Este projeto fica manco, a abrangência dele é muito pequena. Já que estamos aqui, pra facilitar a vida do contribuinte pra que ele volte a recolher os tributos. Peço ao líder do governo que reveja essa situação, peço a retirada do projeto por uma ou duas sessões, pra que sejam avaliadas, novamente as emendas. Além do mais, pra justificar meu posicionamento, tenho aqui uma Ação Direta de Inconstitucionalidade em que a relatora foi a ministra Ellen Gracie. Vou ler um trecho: Item 1) Não ofende o artigo 61, parágrafo 1º, inciso II, letra b, da Constituição Federal a lei oriunda de projeto elaborado na Assembleia Legislativa Estadual que trata sobre matéria tributária, uma vez que a aplicação desse dispositivo está circunscrita a iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo Federal na ordem executiva dos territórios federais. Item 2) A reserva de iniciativa prevista na Carta Magna, por referir-se a normas referentes a diretrizes orçamentárias não se aplica as normas que tratam de Direito Tributário como são aquelas que concedem benefícios fiscais. No item 3) Ação da ministra: Ação Direta de Inconstitucionalidade, cujo pedido se julga improcedente. Então, desculpe os senhores membros da Comissão de Constituição e Justiça, mas houve um equívoco; porque a decisão dos senhores está afrontando uma decisão do STF. Peço mais uma vez ao líder do governo que, retire esse projeto por uma ou duas sessões pra que aumentemos esse prazo de 12 meses, que acho pequeno. E que este projeto venha abarcar outros débitos de clientes que não conseguiram cumprir parcelamentos anteriores. Peço a compreensão do líder do governo porque, desta forma estaremos



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

beneficiando a comunidade que tenho certeza, é nosso objetivo. O objetivo como está é bom, mas ele é parcial, não beneficiará um número maior de contribuintes. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Achei coerente sua emenda quando você pede aumento dos meses pra pagamento. A única questão que pesou nisso aí, em referência à lei estadual e municipal, é que os valores em débito pra o Estado são débitos bastante altos; não são pequenos valores como no município que trata-se de pequenos valores de pessoas que não tiveram, na oportunidade, a condição de pagar. Portanto, estão sendo beneficiados pra uma segunda oportunidade. No Estado, teve que se dilatar prazos por ser valores bastante altos e até vários anos de débito, então acabei votando contrário a seu parecer. Olhando dessa forma, que pra valores pequenos tem que ser um tratamento e, pra altos valores tinha que ter um tratamento diferenciado. Lamentavelmente, quero dizer que fui contrário a sua emenda por essa razão e por uma questão de coerência. Quem tem mais interesse no dinheiro é o município. Se ele não agiu da forma que Vossa Excelência estaria agindo, problema dele se não receber. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: É relativo o que você falou, porque 10 milhões pra um empresário de um Stop, de um Destro, muitas vezes, é menor que R\$ 300,00 pra um cidadão que, ganha salário mínimo. Isso não é justificativa, Pedro Martendal, concordo contigo. Apesar de votar sempre contra esse negócio aqui, porque tem que pagar em dinheiro. Se for muito alto tem que diminuir o valor, mas esse voto que você deu ali é muito relativo porque, muitas vezes, é mais caro R\$ 200,00 pra um cidadão normal do que 10 milhões pra um grande empresário. Concordo com o Pedro Martendal, neste sentido. Obrigado! - Vereador Rui Capelão: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Levei isso também em consideração. O Governo Federal deu 15 anos, o Governo Estadual deu 10 anos, a minha emenda eleva apenas pra 5. Cinco, entendo que seja um período razoável, por isso não fiz emenda pra 10 anos, que foi o Refis estadual e nem 15 anos, que é o Refis federal. Obrigado. - Vereador Rui Capelão: Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Estivemos visitando algumas empresas e, percebemos a satisfação que algumas empresas no momento difícil que estão atravessando têm, de poder saldar seus débitos junto ao município. E tendo esse Refic, muitas vezes, empresas, contadores, estão sendo procurados por seus clientes pra poderem, então, saldar débitos junto ao município que é uma coisa salutar. O município está precisando desse aporte financeiro, pra fazer jus a diversos compromissos que tem. É impossível aguardarmos e retirarmos esse projeto, temos que votar hoje; até porque temos 30 dias após a publicação do referido projeto pra começar então efetivamente o Refic. Após a promulgação, os municípes



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

terão 30 dias pra fazer seus parcelamentos e, acordos junto ao município; sendo que o primeiro pagamento, pagamento à vista, pode ser com 20 dias após o acordo. Precisamos votar isso aqui, porque o município e os munícipes estão ansiosos pra aprovação deste projeto, pra que possam regularizar sua situação junto ao município de Cascavel. Precisamos aprovar hoje e que até o final de semana o prefeito possa sancionar essa lei, pra que possamos dar condições pra os munícipes de Cascavel fazerem seus acertos. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Gostaria de me manifestar a respeito desse projeto, em cima da fala do vereador Pedro Martendal, o qual citou a Comissão de Justiça e Redação da qual faço parte, neste período de 60 dias. Vereador Pedro Martendal, você participou da redação e com todo respeito que o senhor falou que tem por nós, e da mesma forma retribuo; nós baseamos o parecer exatamente em cima do amparo jurídico que, nos passou as informações técnicas e colocamos o que foi entendido, as limitações legais. O senhor bem sabe que as nossas leis cada jurista interpreta, muitas vezes, de acordo com seu ponto de vista. Mas o nosso entendimento, o que acatamos, a nossa orientação do jurídico foi pela inconstitucionalidade da sua emenda. Se essa emenda não tivesse todos os pareceres contrários, ela viria pra apreciação e nós deixaríamos pra Plenária decidir. Como não foi possível, gostaria de registrar que nos baseamos tecnicamente. Achamos que realmente, da minha parte é que falo aqui neste momento, ela realmente tem esse projeto de invadir ou modificar a iniciativa do Executivo e por isso até mesmo vimos ontem, falas de que não poderia nem haver prorrogação do Refic; que a pessoa deve e tem que pagar em dia. Então mexer num prazo de 12 meses pra 5 anos ou 36 meses, como o senhor colocou na emenda, é uma questão de atribuição de quem está propondo o projeto, no caso o Poder Executivo. Meramente técnica nossa posição da Comissão de Justiça e pra que essas emendas tivessem parecer contrário; mas acho que o projeto vem beneficiar a sociedade. Aqueles que passaram por dificuldade de uma forma ou outra que podem ter hoje um benefício e uma possibilidade de estar recuperando seus créditos, junto ao município e com a população. Porque se não tivermos arrecadação, o Poder Público não tem como aplicar suas políticas públicas tão exigidas pela sociedade, que é aquilo que é direito já consolidado pela Constituição. Obrigado! (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Respeito à colocação dos senhores. A Comissão é soberana e entendo que vocês tiveram respaldo, mas falei que houve um equívoco; porque estou me baseando numa decisão da Corte Suprema acima do STF não tem mais ninguém. É o topo da pirâmide nas questões de leis e a ministra Ellen Gracie, que é uma ministra capaz e, acima de qualquer dúvida o seu comportamento. Fico triste, porque não podemos discutir as



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

emendas. Fico triste, porque tenho um farto material que pretendia defender, mas os dois pareceres foram negativos. Respeito à decisão dos senhores, mas entendo que muitos contribuintes serão prejudicados dessa forma. Obrigado. - Vereador Nei H. Haveroth: Obrigado! Encerro minha fala. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta: Nessa relação aqui, Rui Capelão e Nei Haveroth, qual a função do vereador? É só dizer amém pra o prefeito? A gente poderá fazer emendas e é dever. Sempre defendi, porque geralmente quem paga imposto são os grandes e não os pequenos. Aquele cidadão que ficou desempregado deve R\$ 500,00 pra prefeitura. Se dividir 500 pra 4 meses dá R\$ 50,00 por mês, mas em janeiro vem mais o IPTU. Então se dividir em 60 meses vai pagar mais R\$ 10,00 por mês e mais o IPTU. E nossa função também é tentar dar apoio, nem vou dizer corrigida no projeto. É dar um apoio através de nossos eleitores e aperfeiçoar um projeto; se não tivermos condições de fazer uma mexida vamos fechar a bodega; essa bodega custa dinheiro. Não estão pedindo pra baixar o salário? Acho que nosso salário, temos que justificar. Porque acho uma besteira tanto dinheiro que tem e o salário do vereador R\$ 7.000,00, não é o problema. O problema é quando vocês dão esses pareceres sem sentido e, estamos desmerecendo nosso salário. Apesar de eu votar contra, porque acho que isso é pra alguém que precisa de umas negativas: ir lá e pagar algumas prestações e; ficar livre. 60 meses dividir pra quem quer pagar em 12 meses, com certeza se aquele que não pagou foi porque não tem condições, com 60 meses mais o próximo IPTU ele conseguirá pagar, mas em 12 provavelmente não. Só vai aquele que quer pagar prestação pra ficar livre de algum processo judicial. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Rui Capelão: O município faz um orçamento e esse orçamento que nós aprovamos é em cima de arrecadação de verbas. É uma das verbas que o município conta pra a gestão do prefeito, é essa do IPTU; portanto tem que se ter o máximo de esforço e coerência pra que esse dinheiro venha pra este orçamento. Há uma necessidade pra que seja dentro desse prazo, então não temos que pensar em votar contra ou a favor do prefeito, é uma questão inclusive de orçamento e temos que acompanhar esses princípios, pra que o município possa concluir sua meta de orçamento pra esse ano e 2016. Obrigado. – Vereador Jorge Bocasanta: Nem todos vão pagar isso, aqui. Sempre vai ter inadimplente. Vou lembrar o que o governador do Rio Grande do Sul, falou: “não dá pra tirar leite de vaca morta”. Temos que dar condições pra aquela vaca que vamos tirar 10 litros por dia e vamos matar, tirar um por dia e ela continuará sobrevivendo e pagará sua dívida. Pedro Martendal, concordo plenamente contigo. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Talvez as condições poderiam ser mais maleáveis na liberação, porque a conclusão está acontecendo igual, mesmo com todo parecer contrário. Talvez, não votaria a favor



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

das duas emendas do Pedro Martendal, mas uma me chamou atenção e julguei ser boa. A emenda que diz que: quem já fez o Refic e não pagou agora, só pode pagar à vista. Reparcelar de novo, devido à crise e tudo mais; essa seria uma emenda interessante. A Comissão podia dar uma chance a algumas emendas, pra que viessem pra discussão que está acontecendo igual e, que tivesse a discussão aqui no Plenário; pra que pudéssemos discutir e votar. Cada um dar sua opinião e o seu voto, de acordo com o que julgar a emenda. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Nós também, demos parecer contrário da Comissão de Finanças e observando bem a sua emenda, é óbvio, que ela não podia prosperar. Temos que entender até onde um vereador pode ir. Vou ler aqui: sobre o prisma da preocupação com a eficiência da instituição... - Vereador João Paulo de Lima: Questão de ordem. Estamos discutindo, apenas o projeto. A emenda não foi passada. – Presidente: Vereador Fernando Winter, as emendas não estão em deliberação, embora entenda o seu desejo de explicar o porquê do parecer contrário; mas estamos discutindo apenas o projeto. Então peço a compreensão para que a gente possa se ater, apenas a discussão do projeto. – Vereador Fernando Winter: Vou aceitar, mas os vereadores que me antecederam discutiram as emendas. – Presidente: Vereador João Paulo de Lima fez a questão de ordem, agora. E o presidente tem que acatar a questão de ordem. – Vereador Fernando Winter: Então dizer ao vereador Pedro Martendal que não é nada pessoal, é o parecer técnico. E que não podemos deixar de aprovar este projeto, que vem beneficiar toda população. E quanto a redução de tributos, pedindo vistas ao projeto ele vai prejudicar essas pessoas que estão com boa intenção. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitheiro: Bem lembrado por Vossa Excelência, sobre a questão de adiamento e pedido de vistas. Esse anteprojeto de lei nº 2, veio do Executivo com pedido de urgência. Eu, como líder do governo, não posso retirar um projeto que vem com pedido de urgência; em função que o projeto é arquivado. Então, seria uma irresponsabilidade muito grande dessa Casa não aprovar um projeto dessa magnitude, em função de que está aí uma grande oportunidade pra os munícipes saldar os seus débitos. Quando vem com pedido de urgência, não se pede vistas e nem adiamento; em função de que o projeto será prejudicado. Obrigado. (-Um aparte) – Vereador Fernando Winter: Pois não. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Só acho que se a Comissão tinha interesse e acha que a emenda do colega era com razão, alguns membros da Comissão já falaram aqui, podia pelo menos ser um pouco mais maleável e pelo menos nesta emenda; onde pessoas que já participaram de um Refic e não o concluíram, pudessem refazer esse e talvez incluir numa dívida, juntar com outra, isso a legislação não permite, mas fazer o quê? Mas dizer que porque está com urgência não pode pedir vistas, pode ser que não passe, mas acho que é



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

democrático e qualquer um pode pedir. – Vereador Fernando Winter: Obrigado. Só pra concluir. A diminuição de receita cabe ao Executivo e não ao Legislativo. Obrigado. – Presidente: Em segunda votação o Projeto de lei complementar nº 2/2015 que, autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder descontos e a parcelar dívidas com a Fazenda Pública Municipal e dá outras providências. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Marcos Rios, Nei Haveroth, Claudio Gaitero, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, Romulo Quintino, Professor Paulino, Pedro Martendal, Rui Capelão, Robertinho Magalhães, João Paulo, Ganso Sem Limite, Luiz Frare, Luiz Burgarelli e Vanderlei Augusto da Silva) (Foi contrário o vereador: Jorge Bocasanta) – Secretário: Com 18 votos favoráveis e 1 contrário, Projeto de lei complementar nº 2/2015 aprovado em segunda votação. – Presidente: Com 18 votos favoráveis e 1 contrário; Projeto de lei complementar nº 2/2015 aprovado em segunda votação. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 74/2015, de autoria do Executivo Municipal, que estabelece e delimita área de urbanização específica URBE4 - com a finalidade específica de habitação e lazer e dá outras providências. Em discussão o projeto. (- Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Este projeto vamos ser favorável, projeto interessantíssimo, o Vanderlei Augusto da Silva vai levar o time do Santa Cruz pra jogar contra o time do Consolata, no golfe. O que me preocupa é o seguinte: ficou 2 anos parado na prefeitura e não chegaram num projeto que veio até nós e, fica estranho os 15% da área doada ao município de Cascavel. Gostaria, acho que poderíamos fazer uma lei, já fiz uma lei do IPTU que não veio pra votação, fila indiana, não veio pra votação ainda; pra que os poderosos não passassem na frente dos outros e, que o pequenininho que tenha uma chácara de um alqueire ou 2 tenha seu direito igualitário, no mínimo. E aqui, o que me preocupa é os 15% da área e que não está aqui. O poder nosso de fazer qualquer barganha, é na hora de uma votação de uma lei. Tem barganha que o cara quer um lote, tem barganha que o cara quer não sei o quê; e nós queremos o que é de direito pra o povo de Cascavel. Ficarei triste quando o cidadão falou que vai fazer muitas coisas sociais, mas só confio nos 15% que, nós temos uma força de fazer com que a lei seja respeitada. Duas coisas que faltou neste processo: o acesso e os 15%. Tem aqui, os senhores donos que formam uma cooperativa, que quero cobrar, no futuro: onde vai ser os 15% dos terrenos que é de lei e de direito do cidadão. Se vocês vierem no futuro e me dar 3,5 alqueires em São Salvador, vou ficar triste. Porque não precisa ser do lado, pra fazer o Minha Casa Minha Vida, mas que seja um terreno bom pra que a população possa ter futebol... tinha vontade de pedir vistas, mas não vou pedir; porque vou confiar no que vocês vieram aqui... Não acredito que vai ter o jogo do Santa



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Cruz contra o Consolata e se tiver, quero assistir; mas quero que tenha os 15% pra população poder usufruir. Voto favorável, mas tenho essa colocação e não adianta ter ficado 2 anos na prefeitura; porque não fizeram o que devia ter feito. Quando alguém me agride, eu bato a boca e fico bravo; porque não precisava estar aqui, podia estar no posto de saúde atendendo. Estou aqui, tentando fazer o bem pra população. O meu voto é favorável, mas deixo uma ressalva de que: os 15% seja num lugar bom e que seja feito o acesso. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Vanderlei Augusto da Silva. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Bocasanta, acredito no jogo que vai ter de golfe, dos meninos do Ceu do Santa Cruz onde sou presidente do Comitê Gestor e luto muito por aquela região; porque moro lá. A minha filha vai nascer e tu é o médico da minha esposa e, ela vai ter o prazer de jogar nesse campo de golfe, representando o Ceu. Nós vereadores, os cidadãos de Cascavel, temos a oportunidade de dar nossas sugestões lá no Conselho das Cidades. Se nós lá na reunião não demos a sugestão que isso pudesse estar na lei, que nos próximos, possamos dar essa sugestão, mas hoje é importante aprovar esse projeto pra que gere emprego. E você, como vereador do PT, que quer gerar emprego com certeza, então precisamos votar favorável. E cabe a nós também fiscalizar, onde será esse terreno. Eu, o Nei Haveroth, o Walmir Severgnini, que somos do Conselho das Cidades, vamos fazer o acompanhamento. E vamos avisar aqui, na Câmara. Claro que na região norte, quando fizeram o Barcelona e foi dado na região do aeroporto foi ruim; porque precisava de escola, Cmei, então tenho certeza que nossa região oeste preceda terreno público, porque temos necessidade de terrenos públicos pra construir escolas, principalmente estaduais. A região do Cascavel Velho, a Escola Padre Canísio está superlotada e, precisa construir uma nova escola, naquela região. Gostaria de convidar os senhores pra quando tem as audiências públicas do Conselho das Cidades, da Secretaria de Planejamento, que os senhores estivessem presentes pra discutir. Quem sabe neste momento, pudéssemos sugerir onde vai ser esses terrenos; porque depois viemos aqui, cobramos; mas no dia da reunião temos que dar nossa sugestão e a audiência pública serve pra isso. Toda essa discussão podíamos ter feito lá atrás na audiência pública, na reunião do Conselho das Cidades. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Além de ser um projeto imenso, voltado pra o social, a inclusão no perímetro urbano permite aumentar a arrecadação do município com as taxas e IPTU, principalmente. Muito provavelmente não vão participar do Refic, pelo poder aquisitivo das pessoas que lá estão. Lamentar que em gestão passada foi proposto a inclusão do Lago Azul, onde as pessoas estão sempre pedindo asfalto, mas a legislação hoje e devido à falta de recursos aquela região não vai ter asfalto tão fácil, porque lá são chácaras que têm uma divisão diferente e o asfalto teria um alto custo. –



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Quero pedir aos senhores, voto favorável pra que possa dar continuidade. Lamento que tenha demorado tanto na prefeitura, mas a Câmara está cumprindo com seu papel e está aprovando este projeto. Muito obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Ontem, votamos favorável e hoje novamente, porque uma das discussões do amigo Bocasanta é a questão dos acessos. Não sei se o senhor foi até lá, o vereador Walmir Severgnini publicou que vai ter um lago no Cascavel Velho e o pessoal já queria pular dentro. Na verdade, a necessidade de ter um espaço desses, um espaço que o município não está investindo em nada, inclusive numa região que é carente de empreendimentos. Nosso sonho é quem sabe um núcleo industrial pra aquela região, também. Tem que atravessar rodovia pra vir pra outras localidades. Falo isso, porque quando vocês escolheram aquela área sabiam da dificuldade de acesso. Sei que cada um tem seu carro, se não quiser bater vai ter que meter asfalto lá; com certeza vai ser um grande investimento e por isso temos que aprovar e dar essa credibilidade a pessoas que querem investir na cidade. Chega de tanto tempo esperando um protocolo dentro da prefeitura. E agora que veio pra Câmara, que seja liquidado isso e que seja sancionada, rapidamente. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Bocasanta, todos os cooperados dessa empresa são sérios e, com longa ficha de trabalho, inclusive comunitário em Cascavel. Tenho certeza que a questão do acesso e os 15%, eles destinarão uma área talvez até melhor do que aquela lá. Também, como é um condomínio fechado, não ia deixar 15% dentro do condomínio. Tenho certeza que não teremos problema nem na pavimentação do acesso e, nem na destinação dos 15%. Obrigado. - Vereador João Paulo de Lima: Obrigado. Era isso. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Este projeto é de iniciativa privada. Entendo que as áreas de utilidade pública são pra equipamentos públicos, onde qualquer pessoa tem o direito de usar. Como esse projeto é de iniciativa privada, não vejo obrigatoriedade de ter a área de utilidade pública. Pode até termos, mas de interesse deles; porque se lá tiver uma creche não vai um aluno do Cascavel Velho, estudar lá. Não poderá ser público. É pra atender aquela comunidade. Já defendi muitas áreas de utilidade pública nesta Casa. Contratei advogado pra defender área de utilidade pública do Quebec, não tive sucesso na Justiça pra defender a área de utilidade pública, onde foi feito Minha Casa Minha Vida. Minha Casa Minha Vida o prefeito tinha que dar a área e não deu, pegou uma área da comunidade e fez Minha Casa Minha Vida em cima. A comunidade não tem onde fazer seu campo de golfe lá, sua quadra esportiva, acabou com a área. O próprio Jardim, ali no Floresta, o Florais do Paraná mais de 50% da área já foi passada pra o Instituto Federal. A criança de 0 a 16 anos não estuda no Instituto



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Federal, ela vai precisar dessa área pra vários projetos; portanto acho que temos que defender as áreas públicas, mas aquelas de áreas públicas não privadas. O Pantanal que tem 500 casas não tem um metro de área pública. É particular, foram lá fizeram o projeto, venderam, mas o município vai ter dar escola, tudo. Bem diferente desse projeto que está sendo apresentado aqui, hoje. Temos que separar o que é privado do que é público. Se derem essa área de 15% que seja na região norte; porque muitas áreas da região norte, como lá no Clarito, perdemos uma área pra Minha Cascavel Minha Vida. Lutei muito contra isso, mas o prefeito e seu grupo são mais fortes que eu. É dessa maneira que penso. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: Me assusta um pouco quando fala que não é os ETs que vão morar lá, vai ter gente que vai morar lá, vai ter escola, funcionário. Vai precisar várias coisas. Lá são cidadãos com um pouco mais de condição financeira, mas que também vão precisar da estrutura ou vão fazer usina de reciclagem de lixo? Eles não são ETs então devem fazer parte do Plano Diretor de Cascavel. Lá não vai ser uma coisa diferente, vai ser um condomínio fechado e que vai ter estrutura e pessoal que vai trabalhar lá e vão depender de estrutura do lado de fora. Era isso. Obrigado. - Vereador Rui Capelão: Era isso. – Presidente: em votação. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Questão de ordem. Em determinação ao artigo 150, gostaria de me abster desta votação. – Vereador Luiz Frare: Questão de ordem. – Presidente: Um minuto. – Vereador Luiz Frare: Se Vossa Excelência tivesse participado de uma audiência pública, somente do Concidades, todas as dúvidas que o senhor levantou estariam sanadas. Saneamento básico, o asfalto, a cooperativa vai fazer o saneamento básico. Tudo isso foi discutido em audiência pública, porém Vossa Excelência não estava lá. Bocasanta, os 15%... nós não estamos discutindo um loteamento e sim, uma indexação no perímetro urbano. Não tem nada a ver com loteamento, loteamento é depois. Atendendo ao... também, peço a Vossa Excelência a abstenção de votar. - Presidente: Concedido. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Marcos Rios, Nei Haveroth, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, Jorge Bocasanta Romulo Quintino, Professor Paulino, Pedro Martendal, Rui Capelão, Robertinho Magalhães, João Paulo, Ganso Sem Limite, Luiz Burgarelli e Vanderlei Augusto da Silva) (Não houve voto contrário) – Secretário: Com 17 votos favoráveis e nenhum contrário; Projeto de lei nº 74/2015 aprovado em segunda votação. – Presidente: Com 17 votos favoráveis e nenhum contrário; Projeto de lei nº 74/2015 aprovado em segunda votação. Passamos pra segunda discussão do Projeto de lei nº 86/2015, denomina de "Luiz Bazanela" um bem público municipal, e dá outras providências. Coloco em discussão. Em votação. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de lei nº



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

86/2015 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Passamos pra discussão da Moção nº 15/2015. *Os vereadores subscritos na presente moção, com fulcro no artigo 128 desta Casa de Leis hipotecam repúdio e desaprovam a descriminalização do porte de drogas, na qual ministros do STF analisam a constitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 11.243/2006 que diz; serem crime os atos de adquirir, guardar ou portar drogas pra consumo próprio.* Em discussão a moção. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin: Primeiro lembrar algo que Deus fez por nós neste Planeta. Ele criou um produto natural, limpo e abençoado. Veio o homem e colocou neste produto, química, e essa química tirou do corpo do ser humano aquela saúde natural que Deus tinha deixado. Temos um problema de saúde, devido à química nos alimentos e à má alimentação, não só da nossa cidade, mas do planeta. Temos o cigarro que causa problemas sérios às pessoas e essas, acabam caindo nos leitos dos hospitais, muitas vezes, causando o câncer nas pessoas. Também, temos o álcool que vicia e destrói lares. Agora vemos também, essa situação de liberar a droga, e aqui está o Geninho, o trabalho que ele faz e eu fiz também; onde a gente tenta tirar pessoas envolvidas nestes vícios e situações. Trabalhamos a nível de Comad, Secretaria Antidrogas, a nível de igrejas, lutamos em prol pra que essas pessoas possam se recuperar. E nos defrontamos agora com algo muito triste, onde fala neste projeto e onde querem colocar a liberação pra uso de drogas, onde o carro chefe seria a maconha, cujo nome científico é *Cannabis sativa*, que é uma das drogas mais usadas no Brasil, por ser barata e de fácil acesso. Os efeitos são os mais diversos, podendo variar dependendo da quantidade de THC, substância que tem poder narcótico que encontra-se mais concentrada em suas flores, essa resina das plantas fêmeas da planta *Cannabis sativa*, podem ser produzidas mais de 400 substâncias químicas. Os vereadores que assinaram essa moção, que será enviada para os líderes religiosos dessa cidade e, será enviada pra deputados, senadores, pra que saibam que enquanto nós estamos lutando pra tirar pessoas do vício, que eles não compliquem mais liberando lá essa droga. A maconha acrescenta algumas situações: alucinações e ilusões; ansiedade, angústia e pânico; impotência sexual. E os maiores efeitos: maior chance de desenvolver câncer no pulmão e garganta, tosse crônica, isquemia cardíaca. Alguém diz que não tem problema usar, não tem problema liberar; porque liberando vai ter acesso e vai impedir muitas situações de tráfico. Essa moção é pra dizer que não queremos mais essa carga, não queremos passar por mais dificuldades e por isso, essa moção. Alguém pode dizer: qual o resultado disso? Do nível tão grande de Brasil e de uma lei que pode vir de cima pra baixo. Estamos lutando contra e aqui vamos dizer que: não somos a favor, porque queremos recuperar quem está perdido. Foi Deus quem construiu a família e a droga está destruindo. Obrigado. Peço voto favorável. (-



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Parabenizar o vereador Celso Dal Molin que, articulou essa moção juntamente com outros vereadores que assinaram essa moção de repúdio a essa lei. Conheço um médico, e esse médico diz que é provado cientificamente que, a maconha faz mal e é o início de outras drogas. A pessoa começa na maconha, vai pra cocaína e depois pra outras mais fortes. Daqui que não faz mal é uma incoerência. Vivemos na contramão, aprovar o óbvio é difícil, ir contra as coisas também é difícil, as coisas que vem contra a família, o jovem; essa moção, que realmente seja enviada aos órgãos competentes, a pessoas influentes da sociedade. Eu sou evangelizador, viajo pra falar de Deus, de evangelização e dentro dessa evangelização a gente fala muito de drogas. Que realmente essa moção possa ter efeito necessário contra essa lei. Obrigado. (- Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Importante frisar também, que a moção não tem poder de desaprovar, medir ou mudar a decisão do Judiciário, Supremo e também, se fosse apreciado pelo Congresso. Muitas vezes, fizemos moção aqui na Câmara e é importante frisar que nós como vereadores estamos querendo mudar a lei. Moção é uma manifestação de repúdio ou aprovação a alguma medida, pra que se repense a situação. Assinei junto essa moção, porque sabemos que a maconha é uma porta de entrada: o cigarro e a maconha. O que tem pano de fundo em tudo isso, o que me preocupa é que um projeto da sociedade estão querendo enfiar goela abaixo da população e, transformar o país submisso a um mercado da droga e criminalidade. Um fato histórico: a guerra do ópio. Os chineses foram submetidos pelos ingleses ao ópio, pra subtrair as riquezas daquele povo. Será que o Brasil não está sendo mais uma vítima e com o Supremo acatando esse tipo de solicitação? Estamos caminhando pra desestruturação e rompimento dos valores e tudo que acreditamos que é dignidade do cidadão. A saúde, pra que ele tenha uma capacidade mental de estar vivendo bem na sociedade, precisa ter seu organismo saudável e a partir do momento que, um país começa incentivar que seu povo possa estar dentro do vício; me preocupa que rumo nossos governantes estão querendo levar a sociedade e, o Poder Judiciário acatando essas solicitações como se fosse normal. Não digo um país como Uruguai, cada um com suas decisões. Agora, o Brasil com sua larga imensidão de fronteiras querer controlar... já está dentro das escolas tomando conta a droga, não só a maconha. Se liberar os alunos vão levar pra dentro da sala de aula. Isso é um reflexo na educação, na saúde. Pode ter suas propriedades que podem ser usadas na medicina, mas utilizar como método direto de uso é diferente. Parabenizar os vereadores que propuseram essa moção e é um ato de responsabilidade desta Casa se manifestar, a respeito dessa situação que estão querendo através desse plano de fundo levar a destruição da nossa cidade.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Poderíamos dizer como o vereador Paulo Porto que, não está aqui hoje, que estão querendo transformar o Brasil em terra arrasada, também. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Gugu Bueno. – Vereador Gugu Bueno: Primeiro esclarecer o fato de Vossa Excelência estar na presidência não é nenhuma homenagem, mas apenas pelo fato que gostaria de participar dessa discussão, Luiz Frare. Todos nós, desde que chegamos nesta Casa sempre nos posicionamos de maneira muito clara sobre diversos assuntos que, entendemos que não sejam de competência dessa Casa; mas que como representantes desta Casa, temos o dever de nos posicionar. Lamento a coincidência da ausência do vereador Paulo Porto, porque essa questão da liberação da maconha, pra mim é tão absurda que não consigo entender o posicionamento favorável dessa liberação. E gostaria de tentar entender, o que pode levar alguém a achar isso positivo. E infelizmente, esse debate hoje ficou prejudicado pela ausência do vereador Paulo Porto. Não consigo imaginar algo de bom em liberar a maconha. Quem tem problemas disso na família sabe o drama e, sem dúvida é um mal a ser combatido. É um grande desafio pra qualquer gestor público o que fazer pra combater esse mal das drogas; e espero que essa moção sirva pra nossos representantes em Brasília, pra que entendam que a cidade de Cascavel ainda é contrária a essa questão. E, que eles defendam essa posição em Brasília. Lamento que essa discussão esteja acontecendo no âmbito do Supremo Tribunal e não no Congresso Nacional pra que lá as forças favoráveis se manifestassem; forças contrárias também, se manifestassem pra que a gente possa entender o que a maioria da população entende. Mas infelizmente, essa decisão está nas mãos de poucos magistrados e espero que entendam que a grande maioria da sociedade brasileira é contrária. E que essa contrariedade prevaleça na votação e caso essa votação não ocorra como esperamos, que o Congresso Nacional se manifeste deixando claro que é crime sim, o porte e uso de drogas. Celso Dal Molin, quero parabenizá-lo por trazer esse assunto e, deixar meu posicionamento favorável a moção de repúdio. E esperar que nossos representantes tenham a compreensão que estão representando a sociedade brasileira e, que a sociedade brasileira é contrária à liberação dessas drogas. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Deixando bem claro que sou contra qualquer tipo de droga e dizer aqui, de uma situação que nos coloca e aí acho que tem todo mérito da moção. Obviamente que creio que não seja inócuo, estarmos fazendo esse debate, levando em consideração que esse debate acontece no STF e pouco podemos fazer. O STF está tentando legislar em relação a esse tema e entendo que, a exemplo do que temos aqui, um apoio da Pastoral Carcerária que se manifesta favorável à liberação dessa droga. Vou ler o trecho, onde uma especialista que faz parte do Fórum



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

das Pastorais Sociais da Arquidiocese de São Paulo, ela disse isso em março: *A proibição não é apenas uma política falida, é muito pior que simplesmente ser ineficiente. A proibição causa danos ainda mais graves e aumenta os riscos e danos que podem ser causados pelas drogas em si mesmo.* (-Um aparte) Pois não. – Vereador Gugu Bueno: Essa juíza, não conheço ela, não sei se gosta de dar um tapa na macaca, mas quero saber e espero ter essa possibilidade de saber o posicionamento de Vossa Excelência, se é a favor ou contrário a liberação. - Vereador Professor Paulino: Na verdade, entendo que o cigarro só é possível combatê-lo, através de boa educação; onde abertamente não é crime fumar. Na escola é proibido. Não é crime e, quando é proibido é difícil discutir. Meu filho que está no exército diz que: o maior problema da Segurança Pública hoje é poder tratar dessas questões. Todo dia a Segurança apreendendo cargas e cargas e isso se transforma num mercado; onde o capitalismo na ânsia de ganhar dinheiro, o fato desse produto pra venda no mundo capitalista, ele se transforma numa espécie de ouro a ser disputado. Concordo com a Pastoral Carcerária dizendo que, precisamos sim de políticas públicas, mas que as pessoas não tenham medo de fazer. A única forma da Aline saísse da rua foi, quando foi dada condições pra que ela pudesse ser convencida que ela precisa ser ajudada e não criminalizada. Tem que ter contribuição e a hora que tivermos isso, a droga deixará de ser tão importante como é; porque ela não é tão perseguida por aqueles que de fato querem usar e sim, por aqueles que querem ganhar dinheiro em cima da droga. O capitalismo faz isso, concordo com o STF, vou ficar com o STF. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Luiz Frare o senhor está na presidência por causa da gravata vermelha. Essa gravata tem poder. Tem poder como os traficantes de drogas do país. Sem dúvida vamos ter dois santos na América Latina: um é o Papa e outro deve ser o Mujica do Uruguai. É tipo o jogo do bicho, que não legaliza; porque os caras do Rio de Janeiro e de outros lugares ficam com o lucro. Se for na cadeia de Catanduvas, hospital hoje, está tudo falido. Não se tem mais dinheiro pra hospital, estão indo na Justiça pra prender traficante. Quem quer que o filho use drogas? Ninguém. Quem vai chegar na frente de uma escola no Interlagos, onde droga não tem valor nenhum oferecer droga pra o filho da gente? Ninguém vai. O negócio é o mercado e pra acabar tem que liberar tudo. Não sou a favor da droga, mas sou a favor da liberação desse mercado que corrompe a polícia, os juízes, a segurança pública está indo um dinheiro sem precedentes. Tu abre 500 vagas, daqui a 6 meses está cheio de 499 de traficantes. Pra conseguir combater esse mal é liberar e, tirar o poder do dinheiro que essas drogas têm. Imagina o Rio de Janeiro se não tivesse traficante? Lá, hoje, com toda essa segurança, se o cara errar uma rua de noite, leva tiro. É esse o



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

país que queremos? Não! Queremos um país livre de drogas e dessa prostituição que existe e tudo aquilo que não for, nós já perdemos a guerra contra o tráfico. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Só fazer uma reflexão sobre a fala do Professor Paulino. Será que essa questão de liberação e que acontece com o sistema é a omissão do Poder Público? Do governo? É omissão, porque na Indonésia se você mexe com a droga errada é pena de morte e aqui, no Brasil o governo se omitiu há muito tempo. É fácil falar: sou contra a droga, mas aceito a liberação porque a liberação dela e, tivemos fatos na história do mundo, como falei aqui da guerra do ópio, que foi liberado e o que aconteceu com a Nação? Acabou; perderam toda autonomia quando entregaram o País pra outras Nações, porque teve a liberação da questão da guerra do ópio e hoje, estão querendo fazer assim com o Brasil, também. - Vereador Professor Paulino: Bocasanta, posso terminar? A guerra do ópio, sou professor de História, a guerra do ópio é mais ou menos o que está acontecendo hoje. Os governantes, autoridades não têm poder, quem tem poder é os donos das grandes bocas, dos caminhões que transportam droga. Quando não der mais atenção pra isso, este mercado cessa. – Vereador Jorge Bocasanta: Amanhã, daqui 24 horas, vai ter mais uma carga de droga e mais um vai estar preso. E ao invés de pagarmos leito de hospital vai ter que usar pra pagar esse traficante, que vai ser preso. Tenho certeza que tem que ser liberado. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador João Paulo de Lima. (-Um aparte) - Vereador João Paulo de Lima: Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Se ninguém tivesse inventado o cigarro, não tinha gente hoje viciada no cigarro. Parece que vocês querem que se libere a droga e, deixa o povo se viciar e vamos cuidar e, fazer a prevenção. Fazemos a prevenção não liberando, quando usamos argumentos dizendo que: libera, porque se liberar não vai ter tráfico; aí é que vai ter. A questão é: é a favor ou contra. E a maioria que assinou é contra e enviaremos pra os deputados, pra o Senado, líderes religiosos, dizendo que nossa opinião é contra a liberação da droga, pelo mal que causa à sociedade. Que possamos neste momento dizer: sou contra ou a favor pra que a sociedade saiba qual nossa opinião. Sabemos que nem todos são favoráveis e, é essa posição que vamos mostrar pra população. Já percebi o voto de 2 vereadores, tanto Professor Paulino e Jorge Bocasanta e sabemos já a opinião dos senhores; mas tem nossa opinião também e vamos deixar claro nossa posição. (-Um aparte) – Vereador Celso Dal Molin: Pois não. – Vereador Jorge Bocasanta: Seu pai fumava, né? – Vereador Celso Dal Molin: Fumava e morreu de câncer, senão podia estar vivo até hoje. – Vereador Jorge Bocasanta: E você não fuma? – Vereador Celso Dal Molin: Não, porque sei o mal que faz. – Vereador Jorge Bocasanta: Se fosse proibido estaria fumando. Aqui está o maior exemplo: caiu 30% a venda do cigarro, nos últimos 10 anos. Na época de 60, 70 era



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

chique fumar, hoje em dia o cara chega perto e a gente manda se retirar. Se fosse proibido, talvez o Celso Dal Molin hoje, fumava. Todo mundo é contra a droga e pra combater não é proibindo, é liberando. (-Um aparte) - Vereador João Paulo de Lima: Pois não. – Vereador Gugu Bueno: Pelo que entendi, Professor Paulino e Jorge Bocasanta, nos dizem que devemos liberar pela falência do Estado em não conseguir combater as drogas. De que não tem jeito! É assim mesmo! E cada vez tem aumentado mais, contudo não consigo imaginar que o governo do PT que está há tantos anos no comando do Brasil, que tanto poderia ter investido nas fronteiras, em segurança nas fronteiras, porque imagino que a maconha não seja plantada no Brasil, vem de fora e não precisa ser especialista pra saber que, se conseguíssemos manter uma fronteira bem vigiada, com certeza conseguiríamos combater de maneira efetiva as drogas. Não consigo entender este raciocínio, principalmente do vereador Jorge Bocasanta que pelo fato de não estarmos conseguindo vencer essa guerra, vamos nos entregar pra eles. Mantenho meu posicionamento de absolutamente contrário a essa questão; não vejo isso como solução. Vejo como solução, sim se o seu governo do Partido dos Trabalhadores investisse de verdade nas nossas fronteiras e, sabemos que o que tem ocorrido nos últimos anos é o contrário disso. Obrigado. - Vereador João Paulo de Lima: Obrigado! Gostaria que já colocasse em votação. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Jorge Menegatti. – Vereador Jorge Menegatti: Muito obrigado Luiz Frare; espero que não seja a última sessão sua nesta Casa, vai que o senhor assume aquela pasta do outro lado da rua. Aproveitar pra jogar confete no senhor, porque vai que o senhor vai pra o lado de lá e que não esqueça da gente. Não que eu seja a favor ou contra as drogas, mas vejo que estamos aqui discutindo um assunto que essa Casa não pode... ela pode fazer uma moção, mas não tem competência pra legislar; porque é um assunto nacional. Está no Supremo e ficamos aqui discutindo, e sabemos que não vamos chegar a lugar nenhum. Não vamos deliberar isso, não vamos votar isso. Simplesmente mandar uma moção que vai chegar lá depois que o jogo acabou. O Supremo já está definindo isso. Se discutíssemos aqui, o problema do muro do Posto de saúde do Guarujá que está caindo em cima dos carros e, já fiz a indicação 18 vezes; exagerando. Aquelas placas da rua Galha Azul que estão podres e ninguém troca, de repente seria mais interessante, mas respeito pela moção. Vejo que a discussão não precisaria ser tão longa e os senhores têm meu respeito. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Só pra contribuir, já que o senhor falou do bairro Guarujá. Nós vereadores eleitos por essa Casa, eu, vereador Cláudio Gaitero, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, Nei Haveroth e Fernando Winter, através de um requerimento que foi pra o Congresso Nacional, o deputado Evandro Roman conseguiu a emenda que vai reformar a unidade da sua base eleitoral.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Obrigado! – Vereador Jorge Menegatti: Já sabia disso, mas é pra 2017. Isto; queria que fosse mais rápido. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Sabemos que não temos poder pra mudar, mas temos poder pra colocar a nossa posição. Estamos colocando uma posição. No STF foi pedido vistas ao projeto, porque teve 3 votos do senhor Luiz Fachin, Roberto e Gilmar Mendes que votaram a favor. Foi feito o pedido de vistas e parou, pode ficar parado um mês, um ano e chegando essa moção lá eles vão saber que Cascavel, a Câmara de Vereadores fez uma moção contra e vão saber quais vereadores são contra a liberação e quais são a favor; aí é que vem a posição de cada um de nós. – Vereador Jorge Menegatti: Não é questão de ser contra ou a favor, porque nós como vereadores não vamos resolver o problema de droga do Brasil. Podemos cobrar do nosso secretário as ações que possam ser feitas no município, aí temos competência; mas pra votar no Congresso Nacional não temos competência. Obrigado! – Vereador Luiz Frare: Continua em discussão. Em votação. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Nei Haveroth, Claudio Gaitero, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, Romulo Quintino, Pedro Martendal, Rui Capelão, Robertinho Magalhães, João Paulo, Ganso Sem Limite e Luiz Frare) (Foram contrários os vereadores: Jorge Bocasanta, Luiz Amélio Burgarelli e Professor Paulino) Estamos com ausência de alguns vereadores, Vanderlei Augusto da Silva, Luiz Amélio Burgarelli e Marcos Rios. – Presidente: Quando eles voltarem ao Plenário, peço que colha a votação deles, Caso contrário, que se registre pra nossa secretaria tomar as providências. - Vereador Romulo Quintino: Temos 13 votos favoráveis e 2 contrários. – Presidente: temos 13 votos favoráveis 2 contrários. Consulto o voto do vereador Luiz Amélio Burgarelli. - Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Sou contra. – Presidente: Vereador Vanderlei Augusto da Silva tenha a gentileza de proferir seu voto. – Vereador Vanderlei Augusto da Silva: Estava atendendo a imprensa, mas vou registrar meu voto favorável. – Presidente: Qual a votação, primeiro secretário? - Vereador Romulo Quintino: Temos 14 votos favoráveis e 3 contrários. – Presidente: Passamos pra os requerimentos. Requerimento nº 442 de autoria do vereador Pedro Martendal, requer informações junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo – Seplan, sobre as quadras 131/0005 e 131/156b, na forma como especifica. Requerimento nº 443 da Comissão de Saúde e Assistência Social, requer informações à Secretaria Municipal de Saúde. Requerimento nº 444 da Comissão de Saúde e Assistência Social, requer informações à Secretaria Municipal de Assistência Social. Requerimento nº 445 de autoria do vereador Walmir Severgnini, requer informações acerca de aprovação de loteamentos, na forma que especifica. Requerimento nº 446 de autoria do vereador Pedro Martendal, requer informações junto a Secretaria Municipal de Administração



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

sobre a formalização de convênios com a Prefeitura Municipal de Campo Bonito. Requerimento nº 447 de autoria do vereador Pedro Martendal, requer informações junto à Secretaria de Serviços e Obras Públicas – Sesop, sobre a pintura das faixas de pedestre nas ruas do município de Cascavel. Pergunto aos senhores líderes, se há consenso na deliberação? - Vereador João Paulo de Lima: Gostaria de destaque no nº 445 e no nº 447 que gostaria de ver com o autor que colocou Sesop e, acho que é Cettrans. – Vereador Pedro Martendal: Verifiquei esse detalhe e a Secretaria, se não for com eles ela reenvia. – Presidente: Pergunto ao líder do governo se propõe a fazer esse trabalho. – Vereador Cláudio Gaitero: Com certeza. – Presidente: Requerimento mantido. Havendo consenso coloco em discussão os requerimentos nº 442, nº 443, nº 444, nº 446, nº 447 coloco em discussão. Em votação. Os vereadores que forem favoráveis permaneçam como estão e, os contrários que se manifestem. Requerimentos lidos nesta sessão, aprovados pelos senhores vereadores. Passamos pra discussão do requerimento nº 445 de autoria do vereador Walmir Severgnini, requer informações acerca de aprovação de loteamentos, na forma que especifica. Em discussão o requerimento. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Walmir Severgnini. - Vereador Walmir Severgnini: O que me chamou atenção é que nos últimos 4 anos, a Prefeitura vem aprovando loteamentos no município de Cascavel e não está usando a Lei Orgânica Municipal, artigo 28, que exige pra abertura e aprovação por parte do Poder Executivo Municipal de novos loteamentos, da autorização da Câmara Municipal. O artigo 28: *Cabe a Câmara com a sanção do prefeito dispor, legislar sobre matéria de competência do município especialmente abertura e aprovação de novos loteamentos urbanos e a expansão.* O que votamos hoje foi uma expansão. A expansão está passando pela Câmara, mas a aprovação de loteamento me chamou atenção; porque não está passando pela Câmara de Vereadores. Procurei no Diário Oficial e, achei um loteamento que foi aprovado há poucos dias e o cara me questionou, onde é este loteamento e eu falei: nem eu mesmo sei, porque a Prefeitura não enviou à Câmara Municipal. Ficamos sabendo por Decreto e fica difícil verificar se a rua tem a metragem correta, se a espessura do asfalto está correta. Quando a gente fica sabendo: a vaca já foi pra o brejo. Gostaria de saber o que a Câmara pode fazer, pra que o prefeito cumpra a Lei Orgânica Municipal, que no artigo 28 é bem clara de que, tem que passar pelo Poder Legislativo. – Vereador Jaime Vasatta: Achei que foi uma boa iniciativa da sua parte. Gostaria de reforçar que este requerimento pudesse se estender um pouco mais e pedir informações dos loteamentos que já foram aprovados sem passar por essa Casa. - Vereador Walmir Severgnini: Neste requerimento está pedindo dos últimos 4 anos, então vai contemplar todos os loteamentos aprovados nos últimos 4 anos, que não teve aprovação da



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Câmara Municipal. Foi tudo decretado por lei: se a expansão vem pra Câmara, o loteamento também, teria que vir. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Gostaria de parabenizar o vereador por este requerimento. Dizer que tem o apoio deste vereador, parabéns! Conte com o apoio deste vereador. - Vereador Walmir Severgnini: Quando pensei de fazer esse requerimento fui ao Executivo e, vi que tem 3 assinaturas: do Alessandro, do Welton e do Prefeito. Conversando com o Welton, ele falou que o que está errado é a Lei Orgânica Municipal. Fiquei surpreso, porque ele falou que nem o Supremo Federal considera este artigo. Falei: então tem algo de errado. Como diz, o Dr. Jorge Bocasanta: se não cumprir a Lei Orgânica, vamos fechar a bodega. Se está na Lei Orgânica tem que cumprir. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jorge Menegatti: Estou vendo que o senhor está vindo pra oposição, só queria dar as boas vindas. Parabenizar pelo requerimento, e gostaria de pegar uma cópia. (-Um aparte) – Vereador Walmir Severgnini: Pois não. – Vereador Cláudio Gaiteiro: Pode ficar tranquilo, vereador Jorge Menegatti, que este é papel também da base: fazer solicitação ao Executivo. E nós estamos aqui, pra aprovar tudo o que é bom pra sociedade. Parabenizar o vereador Walmir Severgnini e dizer que terá todas as informações. - Vereador Walmir Severgnini: Obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra - Vereador João Paulo de Lima: Parabenizar o vereador Walmir Severgnini, por isto pedi destaque. Muitos requerimentos que passam por esta Casa, muitas vezes, não têm entonação como essa que foi a preocupação do vereador Walmir Severgnini sobre a questão dos loteamentos, que estão sendo aprovados por decreto e sem o aval dessa Casa. Gostaria de colaborar com o autor e pedir o amparo jurídico, inclusive do nosso procurador pra que os loteamentos que foram aprovados, o que vai ser feito; gostaria do apoio desta Casa juntamente com o departamento jurídico. Obrigado. – Presidente: Essa Casa em respeito à informação do vereador Walmir Severgnini já baseou seu requerimento num parecer jurídico emitido pela procuradoria jurídica desta Casa. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra vereador Nei Haveroth. - Vereador Nei H. Haveroth: Parabenizar o vereador Walmir Severgnini e dizer que o importante de tudo isso, muitas vezes, dizemos aqui que nós queremos fazer o que é atribuição do Executivo. E o Executivo, muitas vezes, também faz o que teria que passar pra o Legislativo assim como: o Judiciário quer legislar e, muitas vezes, o Judiciário está legislando no nosso país. Na lei do uso do solo temos a... esta Casa de Leis regulamentou e aprovou a CTA, que é uma Comissão da Seplan e que faz toda análise técnica do processo. Vereador Jorge Bocasanta, o senhor pediu qual o papel do vereador e, não estamos aqui pra fazer só o papel do Executivo; estamos aqui pra fiscalizar. Como vamos fiscalizar um loteamento, ver a questão das ruas, espessura do asfalto, se não vem pra nós fazermos nossa análise, então a CTA



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ela é técnica e vai cobrar toda legislação vigente do município. Vai para aprovação dela, mas tem que passar pelo Legislativo, pra que ele dê o parecer final disso e pra que possamos ir lá e fiscalizar. Está correto, ou, está atendendo os preceitos da lei. Se queremos uma cidade sustentável, se queremos mudar e corrigir erros do passado que há 30 anos tinha aquela lei da rua estreitinha de 7 metros, que até hoje a população fica pensando que foram os vereadores desta Casa que estreitaram as ruas de Cascavel; é o papel nosso. Como vou fiscalizar uma obra se não acompanho, se não sei quanto de cimento que colocou na massa? É difícil fiscalizar. Se não tivermos a possibilidade de aprovação que a CTA faz e de ser submetida a esta Casa, a fiscalização desses novos loteamentos, da preocupação da cidade sustentável do futuro que devemos ter essa preocupação, fica comprometida. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Professor Paulino: Me traz uma situação que fez parte de um requerimento que apresentamos na sessão anterior, onde fomos chamados pra um loteamento do Jardim Colonial e onde o morador pediu que fôssemos ver a situação, que a casa dele após a chuva está alagando. -Deve ter alguma boca de lobo trancada, vamos procurar. - Andamos a rua inteira e não tem boca de lobo, porque não tem galeria de águas pluviais. Eles estão pagando os impostos, enfim. Procedente a sua colocação. - Vereador Nei H. Haveroth: Obrigado. Espero que o vereador Walmir Severgnini tenha sucesso nas respostas desse requerimento e que nossa Lei Orgânica passe a ser observada. Como falei dias atrás que, os planos de ação das Secretarias têm que passar por essa Casa. Não podemos interferir no Executivo, precisamos passar sim aquilo que é deliberação desta Casa pra que seja cumprida a legislação deste país que diz que: tem Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Obrigado. – Presidente: Proceda votação nominal, senhor secretário. (Foram favoráveis, os vereadores: Celso Dal Molin, Fernando Winter, Nei Haveroth, Claudio Gaitero, Walmir Severgnini, Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, Romulo Quintino, Professor Paulino, Jorge Bocasanta, Pedro Martendal, Rui Capelão, João Paulo, Ganso Sem Limite, Luiz Frare e Vanderlei Augusto da Silva) (Foi contrário o vereador: Luiz Amélio Burgarelli) – Secretário: Com 16 votos favoráveis e 1 contrário, requerimento nº 445 aprovado. – Presidente: Com 16 votos favoráveis e 1 contrário, requerimento nº 445 aprovado. Finda está à matéria da ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Deixo a palavra livre aos senhores vereadores, para pronunciamento de interesse público. Temos a inscrição dos vereadores: Professor Paulino, Cláudio Gaitero, Nei Haveroth, Pedro Martendal e Luiz Frare. Com a palavra vereador Cláudio Gaitero. - Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado! Abro mão da palavra. – Presidente: Obrigado pela compreensão! Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Abro mão da palavra. – Presidente: Vossa Excelência cada dia que passa tem minha admiração.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Com a palavra vereador Nei Haveroth. – Vereador Nei Haveroth: Abro mão da palavra. – Presidente: Você não me surpreende. Com a palavra vereador Luiz Frare. – Presidente: Estou surpreso. – Vereador Luiz Frare: Só quero fazer um agradecimento aos colegas vereadores, que nesta manhã participaram das 2 audiências de prestação de contas: da Câmara, presidida pelo vereador Gugu Bueno que fez sua apresentação de contas e do prefeito Edgar Bueno, que fez a prestação de contas da prefeitura. Meus agradecimentos aos vereadores: Professor Paulino, Pedro Martendal, Gugu Bueno, João Paulo de Lima, Cláudio Gaitero, Jaime Vasatta, Walmir Severgnini, felizmente, Celso Dal Molin, Rui Capelão, Nei H. Haveroth e Vanderlei Augusto da Silva. Obrigado. A prestação de contas foi muito proveitosa, uma boa plateia, questionamentos... E a gente fica muito agradecido pela participação dos vereadores. Obrigado. – Presidente: Preciso registrar também vereador. Agradecer e parabenizá-lo pelo brilhantismo dessa prestação de contas, um momento muito importante pra sociedade. Acho que a sociedade ainda não descobriu a importância que tem esse momento. Temos uma pequena participação, mas mesmo essa pequena participação ocasionou debate e momentos interessantes. O prefeito municipal teve a possibilidade de explicar os números reais do município de Cascavel. A última inscrição do dia vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: No sábado, nós estivemos numa comitiva de quase 30 pessoas na cidade de Barracão, juntamente com a juíza, Dra. Claudia Espinasse visitando a Apac, Associações de Proteção e Assistência ao Condenado. Um projeto que está sendo trazido pra Cascavel pela Dra. Claudia. Sugiro aos colegas que se inteirem desse programa, porque sempre reclamamos do custo alto que é, manter uma pessoa numa penitenciária. Esse projeto tem 3 premissas básicas: primeiro, é a questão da dignidade humana; onde resocializa o detendo de forma quase total, a reincidência chega a menos de 10% e 90% das pessoas que pagaram sua pena através desse sistema, não voltam a delinquir; diferente do sistema tradicional, onde a reincidência é mais de 80%. O segundo ponto, é a questão da segurança, pois resocializando o cidadão que estava encarcerado é menos pessoas delinquindo. O terceiro ponto é o custo. Neste sistema o interno custa ¼ do que é o custo de uma penitenciária tradicional. Um presidiário numa penitenciária custa pra nós em torno de 4 salários mínimos/mês. Os companheiros vereadores que tiverem oportunidade de assistir hoje, na Catve, no Bate e Rebate, a Dra. Cláudia estará lá prestando mais esclarecimentos sobre esse projeto. O Governo do Estado mantém todos os custos, mas no início vai precisar de um local provisório, uma diretoria, a Dra. Cláudia e essas pessoas a frente desse projeto. O vereador Nei Haveroth esteve em várias reuniões com a Dra. Cláudia e sabe da importância disso e é um dos guerreiros que está junto com a Dra. Cláudia, pra implantar esse projeto em



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Cascavel. A Secretaria de Estado quer implantar 10 unidades dessas no Estado do Paraná, já existe em vários Estados e, inclusive outros países estão copiando este projeto. Era isso. Acredito que os senhores, quando necessário darão também, total apoio, porque é algo importante pra sociedade. Obrigado. – Presidente. Aproveito pra fazer um aviso e um convite a Vossas Excelências. Ontem, entregamos os certificados do primeiro curso da Escola do Legislativo, tivemos uma boa participação dos servidores desta Casa e quinta-feira, dia 01/10 e 02/10 das 15:00 às 18:00 vai ser o curso de Apreciação do Orçamento Municipal do Legislativo que vai ser ministrado pelo servidor Mário Galavotti. O foco deste curso é pra preparar a assessoria de Vossas Excelências, em relação a LOA e LDO. Infelizmente, nos últimos anos tivemos algumas emendas, embora bem intencionadas; mas equivocadas. Como estamos preocupados com a qualificação do debate, estamos determinando este curso. Todos os assessores dos gabinetes estão convidados a participar. A inscrição do vereador Pedro Martendal foi à última do dia, portanto encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário